



Rio Grande do

Segundo secretário estadual da Casa Civil, remuneração mínima exigida pelo MEC só deve ser alcançada em quatro anos

Rafael Abrantes
rabrantes@brasileconomico.com.br

Responsável pelo piso salarial mais baixo do país, o Rio Grande do Sul não oferecerá aos professores do ensino básico estadual, este ano, a nova remuneração base exigida pelo Ministério da Educação, de R\$ 1.187,08. “O compromisso é que durante os quatro anos de governo alcançaremos o piso do MEC”, afirma Carlos Pestana, secretário estadual da Casa Civil. Atualmente, o piso gaúcho para uma jornada de 40 horas semanais é de R\$ 862,80, segundo a secretaria de Educação. “É óbvio que o valor é baixo”, reconhece Pestana.

Ele negocia com o Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul (Cpers) um reajuste salarial, e diz que a categoria, composta por 130 mil funcionários da rede pública, representa cerca de 50% da folha de pagamento do estado. O volume, diz o secretário, impede um “aumento imediato e significativo”, que não está previsto em orçamento. “Temos dois meses de governo; assumimos um orçamento de outra gestão e nossas medidas para subir a arrecadação ainda não surtiram efeito. Isto praticamente inviabiliza uma proposta significativa no próximo encontro com o sindicato”, diz Pestana.

Uma nova rodada de negociações com os professores está marcada para o próximo dia 16, em Porto Alegre, com possível participação dos secretários de

Professores gaúchos dizem que achamento salarial começou em 2003, durante governo do PMDB



Sul tem a pior remuneração do país

administração, educação e fazenda, além de Pestana. Ele afirma que o encontro, entretanto, não servirá para exposição de reivindicações e nega qualquer decisão sobre um novo valor para o piso. “Ainda estamos estudando o percentual a ser oferecido”.

Problema antigo

Em campanha por aumento salarial, o Cpers exige que o piso gaúcho acompanhe o valor instituído pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), de R\$ 1.597, superior ao salário base do MEC. A entidade ainda contesta a atual remuneração da categoria divulgada pelo governo.

De acordo com a presidente da entidade, Rejane de Oliveira, o plano de carreira aos professores do estado oferece remuneração

Em campanha por aumento salarial, professores gaúchos exigem que o piso estadual acompanhe o valor instituído pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, de R\$ 1.597, superior ao salário-base do MEC

de R\$ 713,68 mensais, para uma jornada de 40 horas. Segundo Rejane, a baixa remuneração dos professores gaúchos não é uma herança do último governo. O problema, diz ela, ocorre desde o governo do peemedebista Germano Rigotto, entre 2003 e 2006.

Piso inconstitucional

O Rio Grande do Sul e mais quatro estados, apresentaram, no ano passado, uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) no Supremo Tribunal Federal (STF) contra o reajuste exigido pelo ministério. O chefe da Casa Civil entende, no entanto, que o atual governo “não deve questionar o novo valor”. Movida pelo estado, a ação não pode ser retirada pela gestão petista, que garante não levar novamente o assunto para a Justiça. ■

Categoria é mais prestigiada no Tocantins, onde remuneração-base é de R\$ 2.864,62

Na região Norte, o Tocantins é o estado brasileiro que melhor paga seus professores. Um reajuste de 22,74% – fora a inflação de 4,5% – em março de 2010, garantiu aos 14 mil profissionais da rede pública de ensino, com nível superior, um piso salarial de R\$ 2.864,62 (veja os valores pagos por todos os estados no quadro ao lado). Esse piso não inclui gratificações e vale para uma jornada de 40 horas semanais de trabalho, das quais oito destinadas a atividades fora de sala de aula. O valor máximo do salário dos professores estaduais chega a R\$ 5.153,66. Em todo o país, o piso

tocantinense seria superado apenas pelo do Distrito Federal, que é de R\$ 3.720,24. No entanto, na conta de Brasília, estão incluídos bônus e exclusividade de jornada. O Sindicato dos Trabalhadores em Educação no Estado do Tocantins (Sintet) espera novo aumento salarial este ano. Segundo o presidente da entidade, José Santiago, está agendada uma reunião com a secretaria estadual de educação no próximo dia 15, para discutir a unificação de piso entre professores do ensino médio e fundamental; jornada de trabalho e eleição para diretores de escolas. **R.A.**